

**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**

**22-Procedimento Sumário(Procedimento de Conhecimento)**

**0000074-32.2014.8.17.0740**



**Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT**

**Tramitação Preferencial 1**

SIM  
 NÃO

**Tramitação Preferencial 2**

SIM  
 NÃO

**Gratuidade Judiciária**

SIM CF, Art. 5º  
 NÃO inciso LXXIV

**PROCESSO DO 1º GRAU**

Nº do Processo  
0000074-32.2014.8.17.0740

Volume

Apenso

Data Autuação  
05/02/2014 12:53

**DISTRIBUIÇÃO**

Tipo: Distribuição - Sorteio Automático

Data: 05/02/2014 12:54  
Classe originária:

**ÓRGÃO JULGADOR**

Comarca: Ipubi  
Vara: Vara Única da Comarca de Ipubi

**PARTES**

Autor :	GILVAN PEREIRA GOMES
Adv :	WAALACE RAAMÁ FERREIRA DA SILVA
Réu :	Segurado Lider dos Consorcios do Seguro DPVAT S.A



FUNER RUMIKA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
F. C. 076  
LICENCA DA 111

## WALLACE RAAMÁ ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE IPUBI – PERNAMBUCO.

### AÇÃO DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT POR INVALIDEZ PERMANENTE

GILVAN PEREIRA GOMES, brasileiro, gesseiro portador da CI RG nº 8341590 SSP CE e inscrito no CPF do MF sob o nº 088.083.964-34, residente e domiciliado na Rua sítio lagoa da torre , nº 636, Ipubi-PE, por seu advogado *in fine* assinado, ex vi instrumento de procuração anexo, com escritório na Av. Castelo Branco, 3564, Sala 2, Novo Juazeiro, Juazeiro do Norte-CE, onde recebe intimações, perante Vossa Excelência, interpor a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT POR INVALIDEZ PERMANENTE, com fundamento no art. 3º, Inciso II, da Lei 6.194/74, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, CNPJ: 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

#### PRELIMINARMENTE

Tendo em vista que a situação do autor não lhe permite custear o processo sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, declaração que faz sob as penas da lei, requer lhe seja deferido o benefício da gratuidade judicial, *ex vi legis*, indicando, desde logo, o signatário para o patrocínio da causa, a qual aceita o encargo.

#### DOS FATOS

---

Av. Castelo Branco, nº 3902, Sala 104, Novo Juazeiro, Juazeiro do Norte-CE.  
Fones: (88) 8806 9283 e (88) 9214 6088 / e-mail: adv.wallaceraama@yahoo.com.br

100



FUNES JUDICIAIS  
SÓCIO DE PERMANÊNCIA  
036A  
RECEBIDA  
2011

## WALLACE RAAMÁ ADVOCACIA

No dia 01 de agosto de 2011, o requerente sofreu um acidente automobilístico, estava na sua moto YAMAHA, PLACA ECX 0186, de cor vermelha, quando invadiu a faixa e acabou colidindo na frente lateral lado motorista conforme Boletim de Ocorrência apenso.

Em consequência de tal sinistro, o autor caiu de imediato sofrendo fratura no fêmur conforme relatório médico anexo.

Mesmo cumprindo o tratamento a risca e acompanhado por profissionais capacitados, não foi suficiente para evitar a tragédia da invalidez permanente, ocasionando uma sequela funcional definitiva.

Passado o período de internação, e incapacitado para trabalhar, com a ajuda de sua família, já que continuara incapacitado, providenciou a documentação necessária e requereu, no dia 11 de novembro de 2011, o Seguro Obrigatório DPVAT, sinistro nº 2011/489248 INVALIDEZ PERMANENTE, pleiteando o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Porém, vários meses após o requerimento, no dia 06 de janeiro de 2012, foi depositado pela ré em sua conta, apenas a importância de R\$ R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), uma ínfima quantia perfazendo apenas 87,5% do que lhe devido por direito.

Esclarece o requerente que até o dia do acidente tinha uma perfeita saúde, desempenhava normalmente suas atividades do dia-a-dia, ficando claro que tal enfermidade foi adquirida no acidente que sofrera, e que dano/enfermidade esta irreversível, conforme robusta documentação apensa.

Portanto, como esclarecido acima, torna-se inquestionável o dever da Requerida em pagar a diferença de 12,5% da indenização máxima de seguro DPVAT, que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), restando assim o montante de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), que atualizado, acrescido juros de mora e honorários advocatícios à base de 20%, perfaz o total de R\$ 3.100,30 (três mil e cem reais e trinta centavos)

### DEMONSTRATIVO DA DIFERENÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Valor da indenização do seguro.....	R\$ 13.500,00
Valor recebido.....	R\$ 11.812,50



## WALLACE RAAMÁ ADVOCACIA

Diferença do Seguro Obrigatório DPVAT a receber.....	R\$ 1.687,50
Valor Atualizado.....	R\$ 1.921,27
Valor Atualizado + Juros de Mora.....	R\$ 2.583,58
Honorários advocatícios a base de 20% .....	R\$ 516,72
Total .....	R\$ 3.100,30

### DO DIREITO

Criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), tem como objetivo garantir às vítimas de acidentes de trânsito indenizações em caso de morte, invalidez permanente, e despesas com assistência médica, segundo o texto expresso da Lei, "in litteris":

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

- I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;
- II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e
- III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica de suplementares devidamente comprovadas.

E a jurisprudência se manifesta na seguinte direção:

*SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – AÇÃO DE COBRANÇA – LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL QUE É PROVA DE INCAPACIDADE PERMANENTE – VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – FIXAÇÃO LEGAL – LEI Nº 6.194/74 QUE NÃO É REVOGA POR RESOLUÇÃO – CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO EVENTO – RECURSO IMPROVIDO – O laudo pericial feito pelo Instituto Médico Legal é meio de prova da incapacidade permanente do acidentado para fins de recebimento do seguro obrigatório, a teor do parágrafo 5º do artigo 5º da Lei*



## WALLACE RAAMA ADVOCACIA

OSCA

6.194/74. As Leis nº 6.205/1975 e 6.423/77 não vieram a revogar a Lei nº 6.194/1974, que define em salários mínimos o valor da indenização devida em razão de dano pessoal decorrente de acidente automobilístico (DPVAT). Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) não podem contrariar ou limitar o valor da indenização fixado por Lei. O valor da indenização relativa a seguro obrigatório deve ser corrigido monetariamente a partir da data do sinistro. (TJMS – AC 2005.011338-8/0000-00 – Campo Grande – 1ª T.Civ. – Rel. Des. Jorge Eustácio da Silva Farias – J. 06.12.2005)

**SEGURO DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE QUE DECORRE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DESACOLHIDA INVIABILIDADE DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP – Na cobrança de seguro DPVAT, qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, já que a responsabilidade decorre do próprio sistema legal de proteção, conforme preceitua o art. 7º, da Lei nº 6.194/74. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra "b" da Lei nº 6.174/74. A Lei nº 6.174/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as resoluções do cnps ou de qualquer outro órgão do sistema nacional de seguros privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Preliminar rejeitada. Apelo desprovido. (TJRS – APC 70012980355 – 5ª C.Civ. – Rel. Des. Umberto Guaspari Sudbrack – J. 16.11.2005)**

Além do mais, para a Lei é irrelevante para a fixação da indenização decorrente do seguro obrigatório - DPVAT, se a invalidez é total ou parcial, visto que a Lei não faz distinção quanto ao grau de incapacidade.

Basta ser configurada, de modo efetivo e consistente, a invalidez permanente, ainda que esta seja parcial, para que o segurado faça jus ao seguro obrigatório, conforme art. 20 da Lei nº 6.194/74 com as alterações da Lei nº 8.441/92 que não traz distinção quanto à espécie de invalidez.



ANEXO FOLHA  
TURMA 1º PERMANENTE  
FOLHA 06/24  
RECEBIDA EM  
14/04/2010

## WALLACE RAAMÁ ADVOCACIA

Em decisão, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por meio da Terceira Turma Recursal Cível, decidiu também nesse sentido, ou seja, que é cabível a complementação, sendo que o pagamento parcial em sede administrativa afasta qualquer dúvida acerca da invalidez e inexiste necessidade de aferição do grau de incapacidade, inclusive afirmando que o recebimento de parte da indenização não importa em quitação do restante, conforme segue:

**EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Rejeitada a preliminar de incompetência do JEC para a apreciação da matéria. Desnecessária a realização de perícia técnica, na medida em que, tendo havido pagamento administrativo parcial em sede administrativa, não remanesce qualquer dúvida acerca da caracterização da invalidez permanente, e inexiste a apontada necessidade de aferição do grau de invalidez. 2. Recebimento de parte da verba na seara administrativa que não importa em quitação quanto à integralidade da indenização. Direito à complementação. 3. Cerceamento de defesa inocorrente: A expedição de ofício à congênere é diligência que cabia à própria recorrente, não caracterizando cerceamento de defesa o indeferimento de tal pedido. Caso em que, de qualquer modo, o documento juntado (tabela do sistema Megadata), comprova o pagamento parcial, não tendo havido qualquer prejuízo à recorrente. 4. Tendo o sinistro ocorrido em 15/03/2008, a indenização equivale R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, alterado pela Medida Provisória nº 340, aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006. 5. Apuração da complementação devida corretamente efetuada pela sentença. 6. Correção monetária, pelo IGP-M, corretamente fixada, a partir do pagamento parcial. 7. Juros de mora, de 1% ao mês, corretamente fixados a partir da citação. 8. Aplicação da Súmula 14 das Turmas Recursais Cíveis, revisada em 19/12/2008. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível N° 71002053049, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 30/04/2009). (grifamos).



## WALLACE RAAMÁ ADVOCACIA

JUÍZ DE JURISDIÇÃO  
MUNICIPAL DE PEERN  
E. C. 076A  
2014 DA 177  
L. 2014

Vale salientar, que o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, deve ser efetuado independente da apuração de culpa, da indenização do veículo ou de outras apurações, desde que haja vítima, como no caso dos autos.

### DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer:

a) a citação da ré para, querendo, conteste a ação ora proposta, sob pena de revelia;

b) a designação de audiência conciliatória;

c) a procedência da ação para condená-la ao pagamento da diferença devida, além dos encargos decorrentes da sucumbência;

d) os benefícios da gratuidade judicial, porquanto não dispõe de meios para custear as despesas do processo sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, declaração que faz, sob as penas da lei, indicando, de logo, para patrocinar a causa, os causídicos signatários, os quais aceitaram o encargo.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, perícias, testemunhas, juntada posterior de documentos, depoimento pessoal do representante legal da ré, sob pena de confissão, tudo desde logo requerido.

Termos em que, dando à presente o valor de R\$ 3.100,30(três mil e cem reais e trinta centavos)

P. Deferimento.

Araripina-PE, 10 de Janeiro de 2014.

Pp.

W.W

**Wallace Raamá F. da Silva**  
**OAB/CE 26.424**